



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos.

QUESTÃO SOCIAL: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

ERVAL DE SOUZA VIEIRA JUNIOR¹
CARLA ISABEL DE OLIVEIRA MARINHO E SILVA²
MARA ROSANGE ACOSTA DE MEDEIROS³

Resumo: Este trabalho tem como o objetivo discutir o conceito de “questão social”. Percebe-se que a utilização do termo “questão social” muitas vezes é usada para designar todo e qualquer problema social do capitalismo. Partindo da análise de autores do serviço social, utilizando a análise marxista, questionamos aqui as diversas abordagens para o termo, as dificuldades da sua compreensão, os consensos da análise marxista, a sua origem e a apropriação deste termo que é positivista pela tradição dialética.

Palavras-chave: Questão Social; Serviço Social; Fundamentos

Abstract: His paper aims to discuss the concept of "social question". It is perceived that the use of the term "social question" is often used to designate any and all social problems of capitalism. From the analysis of social service authors, using Marxist analysis, we question here the various approaches to the term, the difficulties of its understanding, the consensus of Marxist analysis, its origin and the appropriation of this term that is positivist by dialectical tradition.

Keywords: Social Issues; Social Work; Fundamentals

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa realizar a discussão teórica sobre a utilização da expressão “*questão social*” pelo Serviço Social brasileiro. A utilização originária deste termo foi empregada para separar os aspectos econômicos dos sociais, com o intuito de explicar o crescimento da pobreza, que ocorreu conjuntamente ao aumento da produção da riqueza no século XIX (MONTAÑOS, 2012).

De origem conservadora e positivista, o termo “questão social” passou a ser apropriado e resignificado pelos/as autores/as marxistas da América Latina (SOTO; BOTEGA, 2018). Existem múltiplas conceituações para a “questão social”, tanto

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <vieirafu8@hotmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Católica de Pelotas.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Católica de Pelotas.

entre os/as autores/as conservadore/as quanto entre os/as marxistas, como já observou Netto (2001, p. 41), “mas é fato que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas”.

Uma das complexidades apresentadas pelo termo “questão social” é relacionada aos diversos conceitos existentes, que podem gerar a falta de entendimento acerca da definição de “questão social”. Além do ecletismo, questiona-se o caráter abstrato, a sua origem positivista e se este termo pode dar conta de explicar a totalidade das contradições da sociedade capitalista (SOTO; BOTEGA, 2018).

A preocupação com o uso generalizado do termo, assim como a sua abstração e falta de compreensão pelos/as assistentes sociais, já foi levantada por diversos/as autores/as, como Faleiros (1999), Pereira (2001), Closs (2005). E também o reconhecimento, apesar da utilização, como Guerra *et al.* (2007).

Cabe observar que entendemos “questão social” não como uma categoria no sentido marxiano do termo, qual seja, como modo de ser, determinação de existência, mas como um termo, uma expressão que mais esconde do que permite elucidar seu conteúdo concreto como expressão da luta de classe, de resistência e organização dos trabalhadores. (GUERRA *et al.*, 2007, p. 252).

Castelo Branco (2006) aborda o problema do uso indiscriminado do termo questão social, inicialmente utilizado para criticar o pauperismo da classe trabalhadora. O autor diz que Marx, no livro *Crítica ao Programa de Gotha*, salienta “[...] que ela se refere a muitas coisas sem dizer nada”. (Ibid., p. 18-19).

Depois da “lei de bronze do salário” de Lassalle, temos agora a panaceia do profeta! E ela é “conduzida” de forma digna! **O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social”, a cuja “solução” se “conduz”.** (MARX, 2012, p. 40, *grifo nosso*).

Soto e Botega (2018) discorrem sobre as consequências epistemológicas da apropriação do termo “questão social”, visto que representa um termo positivista, utilizado pelos/as autores/as marxistas na América Latina. Os autores afirmam que na década de 1970, para a reorganização do padrão de acumulação do capital, para

o desenvolvimento do neoliberalismo, da globalização e da financeirização, se fez necessário o aporte militar e ideológico, no sentido de fundamentar e ajustar esse novo padrão. Dentre as diferentes formas ideológicas, está a “[...] reciclagem e implementação de novos termos, que procuraram explicar de diferentes maneiras o que já havia sido essencialmente explicado” (Ibid., p. 447, *tradução nossa*). O que aparentemente se mostra como uma neutralidade é na essência uma ideologia, na qual está incluída o termo “*questão social*”.

Ainda conforme Soto e Botega (2018), as causas da denominada “*questão social*” podem ser explicadas por duas vertentes, assim resumidas: conservadora e marxista. A primeira considera que a causa da “*questão social*” é pluricausal, enquanto a marxista embasa a explicação nas contradições presentes no modo de produção capitalista, ou seja, na relação capital/trabalho. Porém, na vertente marxista há diferentes tipos de análises. É consenso entre os marxistas que a “*questão social*” é polissêmica, é uma abstração, um fenômeno histórico e particular do capitalismo, não havendo uma “*nova questão social*” e que, pressupõe a presença do Estado (Idib). Em nível menos abstrato, explicam que a gênese da “*questão social*” reside na lei geral de acumulação capitalista, sendo as principais divergências presentes nos conceitos de Marilda Iamamoto e Potyara Pereira (Idid.), autoras que apontam o problema em se apropriar de um termo positivista, mesmo que tenha a sua potencialidade, e trazê-lo para a análise materialista dialética.

É tarefa do marxismo desmistificar as doutrinas por trás dessas construções terminológicas burguesas. Os termos não são neutros, responder a certas epistemes e metodologias filosóficas lógico, para o qual eles têm um fundo ideológico que não pode ser negligenciado; que tem a função de garantir a reprodução das relações sociais de produção do projeto societal para o que é subscrito, neste caso, dada a sua gênese, o capitalista. Por isso a apologia do capitalismo em face da impossibilidade de continuar a negar da teoria da realidade, começa a reconhecer a existência de a questão social e a necessidade de influenciá-la. O termo leva a marca do pensamento convencional para assumir estas tradições como problemas sociais, mas sem explicar que são problemas da sociedade capitalista. (SOTO; BOTEGA, 2018, p. 454, *tradução nossa*).

Embora seja do conhecimento dos/as marxistas que o termo é uma deturpação dos/as conservadores para explicar a pobreza e as desigualdades

provenientes do capitalismo, continua sendo utilizado, o que gera, para as autoras, um problema epistemológico. Não basta criticar a origem burguesa do termo, é preciso abandoná-lo (SOTO; BOTEAGA, 2018).

Exposto o problema, o desafio deste trabalho será responder ou avançar na discussão desses questionamentos: o termo “questão social” é apropriado para uma análise materialista dialética marxista? Ele mascara as verdadeiras causas das desigualdades no capitalismo? Existe a possibilidade de um conceito analítico que contemple a totalidade das contradições capitalistas? Quais são as implicações epistemológicas?

Assim, inicialmente será abordada a origem do termo, a sua utilização pelos/as defensores/as do capitalismo, bem como suas explicações para os problemas sociais no capitalismo, sendo um problema moral, redistributivo e político. Após, será feita a análise dos conceitos marxistas, com ênfase nas teorias de Lamamoto e Potyara. E, por fim, expostas as implicações para a análise marxista.

2. VISÃO CONSERVADORA DA “QUESTÃO SOCIAL”

As concepções de “questão social” que objetivam a conservação da ordem capitalista e não a sua superação, serão denominadas no presente trabalho como pertencentes à “visão conservadora”, sendo as três principais, conforme (MONTAÑOS, 2012): a liberal clássica, a keynesiana e a neoliberal. A visão clássica tenta explicar a pobreza e as desigualdades não como causas das relações econômicas, e sim como um problema individual, que podem ser derivadas da falta de conhecimento (déficit educacional), e/ou dos erros de planejamento familiar, e/ou de aspectos morais/comportamentais (MONTAÑOS, 2012).

Na teoria desenvolvida por Thomas Malthus, haveria uma tendência do aumento da população maior do que a capacidade de produção de alimentos. Caso nenhuma alternativa fosse realizada neste sentido, resultaria no aumento da pobreza e da fome (HUNT, 2013). Porém, existiam dois tipos de controles para resolver esta questão, o primeiro era o preventivo, que “[...] incluíam a esterilidade, a

abstinência sexual e o controle de nascimentos” (HUNT, 2013, p. 122). E o segundo o controle positivo, nos quais “[...] incluíam a fome, a miséria, as pragas, a guerra e o controle final e inevitável da morte pela fome” (Ibid., p. 122). A solução para Malthus seria a contenção moral, já que a causa da pobreza seria proveniente de uma vida desregrada, na qual as pessoas pobres gastam o que ganham em bebidas, jogos e farras (HUNT, 2013).

No período pós-guerra, com o advento do pacto keynesiano e os Estados de bem estar social, a pobreza deixa de ser vista como algo individual e passa a ser entendida como um problema de redistribuição, que para a teoria keynesiana, a economia capitalista estava na insuficiência de demanda efetiva. Na lei geral de Keynes (1993) a variável mais importante é o investimento privado, que por sua vez, dentre outros fatores, depende da demanda esperada e de fatores psicológicos. Quando há diminuição no consumo e no investimento, o governo intervém na economia para restaurar o nível da demanda agregada que seja suficiente para o pleno emprego (KEYNES, 1983). Dessa forma, o desemprego e a pobreza são encarados como um resultado da insuficiência ou da má alocação de recursos na economia, sendo um ponto novo elencado, a influência do Estado nas variáveis reais da economia, como o nível de emprego.

Com o advento do neoliberalismo a pobreza passa a ser novamente considerada como responsabilidade individual, sendo o problema então na oferta, na qual o Estado “gastador” e “ineficiente” limita o aumento do mercado. Assim, o Estado deveria representar o mínimo e transferir a gestão da pobreza para a iniciativa privada (PERONI, 2012). O trato da questão social nessa nova fase do capitalismo passa a ser dividida com o setor privado e com as políticas sociais focalizadas e direcionadas ao combate da extrema pobreza (IAMAMOTO, 2010).

3. A ANÁLISE MARXISTA

Diferente da visão conservadora, a análise marxista da “questão social” parte da sua gênese e tenta desvendar as suas determinações. A conceituação da “questão social” na tradição marxista tem como referência a autora Marilda Iamamoto, além das contribuições de Potyara Pereira (2001), José Paulo Netto

(2001), Eliane Bering e Ivanete Boschetti (2006), Thaisa Closs (2015), dentre outros. Para fins analítico deste trabalho, iremos partir da construção teórica de Iamamoto nos livros *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, *Serviço Social na Contemporaneidade*, e o livro *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. E posteriormente o desenvolvimento a este conceito.

No livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, cuja primeira edição foi no ano de 1982, o conceito de questão social está focado na luta de classes. “O surgimento e desenvolvimento dessa instituição [serviço social] são vistos a partir do prisma da “questão social”, isto é, do surgimento do proletariado com expressão política própria” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 19).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2006, p. 77).

Já no livro *No Serviço Social na Contemporaneidade*, a autora trás o conceito de Cerqueira Filho e amplia o debate, explicitando que não é só a luta de classes na “fábrica”, mas há diversas formas de lutas e manifestações da luta de classes.

Por 'questão social', no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho. (CERQUEIRA FILHO apud IAMAMTO, 2000, p. 203).

Além das lutas sociais, começa a demonstrar que as desigualdades são expressões da “questão social”. Reforça a sua gênese oriunda das contradições do capitalismo, mas percebe-se que o conceito não é algo concreto, concreto são as múltiplas manifestações.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum:

a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano. (IAMAMOTO, 2000, p. 27-28).

Sendo a gênese da questão social o resultado da reprodução ampliada do capital, onde há o aumento da apropriação do trabalho alheio e isso se reflete de várias formas, esse movimento não acontece sem a organização e a luta dos sujeitos (coletivos ou individuais) no questionamento e na resistência. O conceito de “questão social”, ainda que abstrato, passa pelo entendimento da sua origem, das diversas formas que se manifesta, e a luta política.

A questão social é expressão do processo de produção e reprodução da vida social na sociedade burguesa, da totalidade histórica concreta. A perspectiva de análise da questão social aqui assumida recusa quaisquer reducionismos econômicos, políticos ou ideológicos. Ao contrário, o esforço orienta-se no sentido de captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos que expressam a questão social, resguardando a fidelidade à história (IAMAMOTO, 2000, p.114).

No *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, a autora aborda a “questão social” considerando o que denomina a *fetichização do capital*. De forma bem sucinta, a autora parte da gênese da questão social, explicitando a tendência da diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante. Seguindo essa tendência, no limite, a composição orgânica do capital tende a zero com a diminuição cada vez mais do capital variável. Como forma de resolver este problema, já que a reinversão de capital depende da mais-valia extraída do capital variável, o capital busca no mercado financeiro os recursos para ampliar a sua reprodução. O que antes as contradições da relação capital/trabalho era alientante, agora essa alienação se potencializa, produzindo efeitos nas manifestações da “questão social”.

Assim, a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...] as configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas [...] ela expressa, portanto, uma arena

de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informado por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais. (IAMAMOTO, 2010, p. 156).

Assim como em outras passagens, lamamoto (2010) faz o desenho teórico da “questão social”, considerando a gênese na lei geral da acumulação capitalista, as mudanças no padrão de acumulação, acrescenta o conceito de Estado ampliado de Gramsci, onde o Estado também é uma arena da luta de projetos societários, que vai além da luta meramente econômica, engloba as questões culturais, raciais, de gênero, entre outras.

Esta interlocução permite situá-la [a questão social] como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos. (CLOSS, 2015, p. 217).

Um conceito considerado divergente é o de Potyara Pereira (2001). Para a autora, somente podemos dizer que existe uma questão social quando há um embate político entre atores na sociedade. Enfrentamento esse que pressupõe a presença de um Estado e de regras democráticas. Se não há a efetiva explicitação de um problema social, então estamos diante de uma questão latente, e não de uma questão social.

Contudo, percebo também que para muitos de nós, assistentes sociais, a questão social não está clara. Ela é, no mais das vezes, vista, genericamente, como a representação das *crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias*, que efetivamente existem e castigam grande parte da humanidade [...] Isso, coloca, a meu ver, desafios epistemológicos sérios para o serviço social porque, sendo a *questão social* o seu foco privilegiado de interesse científico e político, e em não estando esse foco teoricamente definido, corre-se o risco de toma-lo analiticamente como uma fato inespecífico, caindo-se no relativismo, ou de pensa-lo como um fenômeno desfalcado de protagonismo político. (PEREIRA, 2001, p. 57-58).

A autora ressalta que a questão social requer um questionamento consciente dos atores políticos envolvidos, como no caso dos/as trabalhadores/as no século XIX que entenderam a situação de exploração e reagiram contra ela.

Portanto, foi uma necessidade social problematizada por atores estratégicos – o pauperismo das massas trabalhadoras, no século XIX – que serviu de *leitmotiv* do processo de constituição da questão social, num quadro particular de relações entre classes antagônicas e de conscientização dos dominados das determinações sociais e políticas daquela sociedade. (PEREIRA, 2001, p. 60).

Para Pereira, P. (2001), nem todo problema social é uma questão social, “[...] como, por exemplo: pobreza absoluta, desemprego estrutural, violência urbana, etc.” (Ibid., p. 59). Esses problemas se transformam em questão social a partir do momento em que são explicitados e obrigam o Estado a efetivar medidas de intervenção.

Se acrescida do adjetivo *social*, a palavra *questão* ganha outro significado. Indica, como vimos, a existência de relações conflituosas entre portadores de interesses opostos ou antagônicos – dada a sua desigual posição da estrutura social – na qual os atores dominados conseguem impor-se como forças políticas estratégicas e problematizar efetivamente necessidades e demandas, obtendo ganhos sociais relativos. (PEREIRA, 2001, p. 59).

Para José Paulo Netto (2001), pobreza, desigualdade social e o antagonismo entre classes sociais não são algo inédito, mas no capitalismo assumem uma nova dinâmica que possui dois pontos centrais: i) o aumento do pauperismo junto com o aumento da riqueza e; ii) a atuação política da classe dominada frente aos interesses da classe dominante.

A designação do pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição de cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra. Lamentavelmente para a ordem burguesa que se consolidava, os pauperizados não se conformaram a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das *trade unions*, configurando uma ameaça real às instituições sociais existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (NETTO, 2001, p. 43).

Em sua citação, Netto (2001) aponta que se as vítimas do pauperismo se mantivessem na condição de cordata, se aceitassem a sua situação social como um problema de virtude ou de moral, a história se configuraria de outra forma; porém,

em contradição aos interesses da burguesia, não ocorreu dessa forma. O autor também coloca que a utilização da expressão questão social está relacionada aos desdobramentos sócio-políticos, ou seja, que há uma tomada de consciência, geradora de questionamentos e de conflitos com a ordem social vigente na época.

Conforme Behring; Boschetti (2009), a questão social pode ser definida como sendo um conflito oriundo das contradições do sistema capitalista, fruto da sua lei geral onde a produção da pobreza é condição para a acumulação de capital.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializada e fragmentada – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (Netto, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 51-52).

Segundo as autoras, as políticas sociais são desdobramentos da questão social que pressupõe um conflito e sujeitos. O produto final desse conflito pode ser materializado em políticas que atendam aos interesses dos/as trabalhadores/as ou grupos sociais, mas não interrompe a questão social, pois é a lei geral da acumulação capitalista que produz os elementos para sua existência e expressões.

Percebe-se com base da exposição dos autores marxista é que existem mais pontos em comum do que divergências, podendo ser até complementares. O importante destacar aqui é que ao contrário da visão conservadora, a tradição marxista busca na gênese a explicação para as desigualdades no capitalismo, na lei geral da acumulação capitalista.

Cabe ressaltar a atualidade destas leis como fundamentos na análise da questão social, tendo em vista que a essencialidade das mesmas encontra-se contida nos processos contemporâneos, como tendências universais que precisam ser enriquecidas pelas particularidades de cada formação sócio-histórica (CLOSS, 2015, p. 107).

Se é a lei geral da acumulação capitalista que origina a “questão social”, vamos analisa-la na tentativa de equacionar um conceito com base nas contribuições dos autores supracitados.

3. GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL”: A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

A Lei Geral da Acumulação Capitalista, desenvolvida por Karl Marx no capítulo XXIII do Livro I d' *O Capital*, trata “[...] da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (MARX, 1984, p. 187). Os fatores importantes são a composição do capital e as modificações no curso do processo de acumulação. Em resumo, a composição técnica do capital corresponde à relação entre os meios de produção e a força de trabalho, na perspectiva da matéria, e a relação entre capital constante e capital variável na perspectiva do valor, ou composição orgânica. Enquanto processo de acumulação compreende a retransformação da mais-valia em capital (MARX, 1984).

Durante esse processo, existe a tendência da diminuição da parte variável (força de trabalho) em relação à parte constante (meios de produção). Isso se deve ao aumento da produtividade do trabalho e da centralização de capital, da concentração de capital nas mãos de poucos capitalistas. “[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa da sua parte variável” (MARX, 1984, p. 198). A consequência disto é a necessidade de uma massa menor de trabalho para movimentar uma massa maior de meios de produção, o que leva à produção de uma superpopulação de trabalhadores excedentes (Ibid., 1984).

Para os economistas políticos burgueses, essa superpopulação era decorrente do aumento populacional, que seria mais elevado do que a capacidade de absorção da indústria. Marx (1984) mostra que não, que essa superpopulação de trabalhadores excedentes é consequência da própria lei do capitalismo, pois o capital não pode ficar refém da flutuação natural da população disponível de trabalhadores; é preciso criá-la para estar sempre disponível. “Não basta à produção capitalista de modo algum o quantum de força de trabalho que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (1984, p. 202).

Devido a esse movimento é que, no capitalismo, a produção da riqueza aumenta ao mesmo tempo em que aumenta a pobreza. Então, o desemprego, o pauperismo e suas derivações são consequências do processo de acumulação capitalista.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva, cresce, portanto, com as potências da riqueza. (MARX, 1984, p. 209).

E assim segue:

Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada larazenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei geral da acumulação capitalista. (MARX, 1984 p. 209).

Na citação acima, que sintetiza a lei geral da acumulação capitalista, podemos observar que a produção do exército industrial de reserva (desemprego), do pauperismo (miséria) e a pressão que eles exercem sobre os trabalhadores, são consequências do progresso do sistema capitalista, mas não necessariamente provocam um questionamento e conflito, pois é preciso a tomada de consciência tanto dos trabalhadores ativos quanto dos desempregados.

Assim que, portanto, **os trabalhadores desvendam o segredo** de como pode acontecer que, na medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, e que na medida em que a força produtiva de seu trabalho cresce, até mesmo sua função de meio de valorização do capital se torna mais precária para eles; **assim que descobrem** que o grau de intensidade da concorrência entre eles depende inteiramente da pressão da superpopulação relativa; assim que eles, então mediante *Trade's Unions* etc, **procuram organizar uma atuação conjunta planejada dos empregados com os desempregados para eliminar ou enfraquecer as ruinosas consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre a sua classe**, o capital e seu sicofanta, o economista político, clamam contra a violação 'eterna' e, por assim dizer, 'sagrada' lei da demanda e da oferta. **É que toda solidariedade entre os empregados e desempregados perturba a ação 'livre' daquela lei.** (MARX, 1984, p. 206, grifo nosso).

Dado o exposto, podemos dizer que Marx salienta para a organização conjunta dos trabalhadores, empregados e desempregados; no momento em que eles descobrem essa lei, tomam consciência e se organizam em uma ação conjunta, é que podem eliminar ou enfraquecer “as consequências daquela lei natural da produção capitalista sobre a sua classe”.

Dessa forma, o pauperismo e o desemprego são manifestações da lei geral que rege o capitalismo, mas não necessariamente são expressões da questão social.

CONCLUSÃO: questionamentos

A conclusão deste trabalho representa um questionamento e um chamamento para o avanço do debate, sendo alguns pontos, considerando a perspectiva marxista, podem ser considerados conclusivos. O primeiro é que a concepção conservadora esconde as causas das desigualdades e pobreza, ou seja, das expressões da “questão social”, e as medidas, são para a manutenção da mesma ordem que a produz. A segunda conclusão é que o termo “questão social” é abstrato, ele não existe em si, o que aparece são as suas expressões, da mesma forma que determinado sintoma físico pode representar a manifestação de um doença no organismo.

Os questionamentos que ficam são os seguintes: existe mesmo uma divergência entre as definições de Yamamoto e Potyara Pereira? Ambas as duas concepções colocam a explicitação da luta de classes no centro do debate, o que Potyara Pereira sinaliza é para o grau de explicitação e tensão da “questão social” propriamente dita, o que na leitura não pressupõe um “período pré-revolucionário”, como colocou Yamamoto (2010). Outro ponto de reflexão é as múltiplas definições para o termo. Como podemos observar, há um consenso que a “questão social” muitas vezes é utilizada de forma genérica e/ou os profissionais do serviço social não conseguem entender o seu significado. Será que o problema não está nesse ecletismo ao invés da não compreensão do método histórico-dialético, como

apontou Ferreira (2010)? Por fim, retomando os questionamentos de Soto e Botega (2018), precisamos continuar adotando esse termo de origem positivista?

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Santos; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTELO BRANCO, Rodrigo. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção na área**. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Questão Social. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELMANN, Aline (Org.). **Dicionário Crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, Octávio. A Questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 05, n. 01, 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso: 18 jan. 2018.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas Vol. I), 1984.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seus enfrentamentos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n.3, 2001.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, nº. 3, p.51-62, 2001.

QUESTÃO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em:

SOTO, Olga Péres; BORREGO, Arelys Esquenazi. Contradiccion Capital-Trabajo Y Cuestion Social en el Proyecto Neoliberal. **Revista de Políticas Públicas**, 2018.